

Processo nº 08455.024478/2020-41

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de preços para eventual aquisição de equipamentos táticos e seus respectivos acessórios, através de Pregão Eletrônico Internacional do tipo menor preço para atendimento dos objetivos estratégicos do órgão gerenciador e participantes e necessidades das áreas requisitantes conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos.

1.2. As quantidades totais do órgão gerenciador e participantes constam da tabela a seguir.

GRUPOS	ITENS	Descrição	Unidade	CATMAT	Código NCM	Taxa de Câmbio Referencial	Aliquota I.I.	Aliquota I.P.I.	Aliquota PIS Importação	Aliquota COFINS Importação	Aliquota ICMS	Quantidades COT	Quantidades GPI	Pedido Mínimo	Quantidade Total	Valor Unitário Máximo de Referência sem Impostos - Valor em Moeda Estrangeira - Dólares Americanos)	Valor Unitário Máximo de Referência em Reais Equalizado, fornecedor de bens nacionais/nacionalizados	Valor Total Máximo de Referência em Reais Equalizado, fornecedor de bens nacionais/nacionalizados
	1	LANTERNA TÁTICA PARA PISTOLA COM ACESSÓRIOS	Unidade	22292	93051000	R\$ 5,69	0,00%	45,00%	2,10%	9,65%	18,00%	600	36	36	636	\$ 1.506,08	R\$ 16.381,49	R\$ 10.418.628,29
	2	LANTERNA PARA FUZIL COM IR	Unidade	22292	93059900	R\$ 5,69	0,00%	45,00%	2,10%	9,65%	18,00%	410	48	48	458	\$ 650,84	R\$ 7.079,16	R\$ 3.242.253,83
	3	ESCUDO BALÍSTICO TIPO 01	Unidade	103969	63079090	R\$ 5,69	0,00%	0,00%	2,10%	10,65%	18,00%	168	15	15	183	\$ 4.000,27	R\$ 31.297,11	R\$ 5.727.371,57
	4	ESCUDO BALÍSTICO TIPO 02	Unidade	103969	63079090	R\$ 5,69	0,00%	0,00%	2,10%	10,65%	18,00%	168	15	15	183	\$ 4.609,35	R\$ 36.062,40	R\$ 6.599.419,58
	5	COLETE TÁTICO MULTICAM	Unidade	150348	62053000	R\$ 5,69	0,00%	0,00%	2,10%	10,65%	18,00%	580	36	36	616	\$ 823,81	R\$ 6.445,28	R\$ 3.970.294,63
	6	MOCHILA TÁTICA 72H	Unidade	468979	42021220	R\$ 5,69	0,00%	10,00%	2,10%	9,65%	18,00%	130	60	60	190	\$ 272,96	1553,16 (não equalizável)	R\$ 295.100,40
	7	MOCHILA TÁTICA 24H	Unidade	468979	42021220	R\$ 5,69	0,00%	10,00%	2,10%	9,65%	18,00%	130	60	60	190	\$ 234,60	1334,9 (não equalizável)	R\$ 253.631,00
	8	LUVA TÁTICA MULTICAM	Unidade	55476	42032900	R\$ 5,69	0,00%	10,00%	2,10%	10,65%	18,00%	600	60	60	660	\$ 35,60	R\$ 303,23	R\$ 200.131,80
	9	ÓCULOS DE PROTEÇÃO BALÍSTICA	Unidade	275474	90049020	R\$ 5,69	0,00%	5,00%	2,10%	9,65%	18,00%	600	56	56	656	\$ 361,98	R\$ 2.932,47	R\$ 1.923.700,32
	10	MOCHILA PARA VIAGEM	Unidade	468979	42021220	R\$ 5,69	0,00%	10,00%	2,10%	9,65%	18,00%	130	36	36	166	\$ 507,42	R\$ 4.286,82	R\$ 711.611,66
	11	MIRA PARA PISTOLA (RED DOT)	Unidade	22292	93051000	R\$ 5,69	0,00%	45,00%	2,10%	9,65%	18,00%	130	36	36	166	\$ 874,13	R\$ 9.507,84	R\$ 1.578.301,89
	12	MIRA TÁTICA PARA FUZIL	Unidade	22292	93059900	R\$ 5,69	0,00%	45,00%	2,10%	9,65%	18,00%	600	66	66	666	\$ 2.754,26	R\$ 29.957,87	R\$ 19.951.941,42
	13	BOTA TÁTICA	Unidade	150242	62053000	R\$ 5,69	0,00%		0,00%	0,00%	18,00%	600	36	36	636	\$ 291,08	R\$ 1.656,26	R\$ 1.053.381,36
	14	KIT DE FONIA TÁTICO	Unidade	457203	85171899	R\$ 5,69	0,00%	10,00%	2,10%	9,65%	18,00%	130	36	36	166	\$ 2.299,43	R\$ 19.426,17	R\$ 3.224.743,63
GRUPO 01	15	CAMISA DE COMBATE NO PADRÃO DE CAMUFLAGEM MULTICAM ANTI-CHAMAS	Unidade	458770	62053000	R\$ 5,69	0,00%	0,00%	2,10%	10,65%	18,00%	260	124	124	384	\$ 212,65	R\$ 1.663,72	R\$ 638.868,65
	16	GANDOLA DE COMBATE NO PADRÃO DE CAMUFLAGEM MULTICAM TROPICAL	Unidade	458770	62053000	R\$ 5,69	0,00%	0,00%	2,10%	10,65%	18,00%	260	124	124	384	\$ 338,82	R\$ 2.650,80	R\$ 1.017.908,68
	17	CAMISA DE COMBATE NO PADRÃO DE CAMUFLAGEM MULTICAM	Unidade	458770	62053000	R\$ 5,69	0,00%	0,00%	2,10%	10,65%	18,00%	1200	124	124	1324	\$ 223,60	R\$ 1.749,39	R\$ 2.316.193,02
	18	CAMISA DE COMBATE NO PADRÃO DE CAMUFLAGEM MULTICAM PRETO	Unidade	458770	62053000	R\$ 5,69	0,00%	0,00%	2,10%	10,65%	18,00%	260	124	124	384	\$ 223,60	R\$ 1.749,39	R\$ 671.765,95
	19	CALÇA DE COMBATE NO PADRÃO DE CAMUFLAGEM MULTICAM ANTI-CHAMAS	Unidade	151064	62053000	R\$ 5,69	0,00%	0,00%	2,10%	10,65%	18,00%	260	124	124	384	\$ 439,46	R\$ 3.438,23	R\$ 1.320.280,32
	20	CALÇA DE COMBATE NO PADRÃO DE CAMUFLAGEM MULTICAM TROPICAL	Unidade	151064	62053000	R\$ 5,69	0,00%	0,00%	2,10%	10,65%	18,00%	260	124	124	384	\$ 299,28	R\$ 2.341,49	R\$ 899.132,89
	21	CALÇA DE COMBATE NO PADRÃO DE CAMUFLAGEM MULTICAM	Unidade	151064	62053000	R\$ 5,69	0,00%	0,00%	2,10%	10,65%	18,00%	1800	124	124	1924	\$ 299,28	R\$ 2.341,49	R\$ 4.505.030,42
	22	CALÇA DE COMBATE NO PADRÃO DE CAMUFLAGEM MULTICAM PRETO	Unidade	151064	62053000	R\$ 5,69	0,00%	0,00%	2,10%	10,65%	18,00%	260	124	124	384	\$ 299,28	R\$ 2.341,49	R\$ 899.132,89
	23	SUPRESSOR DE RUÍDO PARA FUZIL 7,62 MM e 308 MM COMPATÍVEL COM FUZIL HK HK 417	Unidade	81042	93059900	R\$ 5,69	0,00%	45,00%	2,10%	9,65%	18,00%	50	12	12	62	\$ 2.402,68	R\$ 26.133,76	R\$ 1.620.293,11
	24	ADAPTADOR PARA SUPRESSOR DE RUÍDO PARA O CALIBRE 7,62	Unidade	81042	93059900	R\$ 5,69	0,00%	45,00%	2,10%	9,65%	18,00%	50	12	12	62	\$ 170,52	R\$ 1.953,22	R\$ 121.099,83

GRUPO 02	MM MM COMPATÍVEL COM FUZIL HK 417																
	ADAPTADOR PARA SUPRESSOR DE RUÍDO PARA O CALIBRE 5,56 MM COMPATÍVEL COM FUZIL HK G36/HK 416	Unidade	61042	93059900	R\$ 5,69	0,00%	45,00%	2,10%	9,65%	18,00%	420	30	30	450	\$ 199,62	R\$ 2.171,25	R\$ 977.062,50
	SUPRESSORES DE RUÍDO PARA O CALIBRE 5,56 MM COMPATÍVEL COM FUZIL HK G36/HK 416	Unidade	61042	93059900	R\$ 5,69	0,00%	45,00%	2,10%	9,65%	18,00%	420	30	30	450	\$ 1.169,74	R\$ 12.723,11	R\$ 5.725.401,69
GRUPO 03	SUPRESSORES DE RUÍDO PARA O CALIBRE 5,56 MM PARA METRALHADORAS FN MINIMI	Unidade	61042	93059900	R\$ 5,69	0,00%	45,00%	2,10%	9,65%	18,00%	8	6	6	14	\$ 1.924,57	R\$ 20.933,34	R\$ 293.066,77
	ADAPTADOR PARA SUPRESSOR DE RUÍDO PARA O CALIBRE 5,56 MM PARA METRALHADORAS FN MINIMI	Unidade	61042	93059900	R\$ 5,69	0,00%	45,00%	2,10%	9,65%	18,00%	8	6	6	14	\$ 232,74	R\$ 2.531,49	R\$ 35.440,86
	COLDRE PISTOLA GLOCK	Unidade	150170	42021220	R\$ 5,69	0,00%	10,00%	2,10%	9,65%	18,00%	600	36	36	636	\$ 289,18	1645,42 (não equalizável)	R\$ 1.046.487,12
	CAPACETE NÃO BALÍSTICO	Unidade	3883	65069900	R\$ 5,69	0,00%	0,00%	2,10%	9,65%	18,00%	130	36	36	166	\$ 2.370,63	R\$ 18.382,72	R\$ 3.051.531,17
	CAPACETE BALÍSTICO	Unidade	460280	63079090	R\$ 5,69	0,00%	0,00%	2,10%	10,65%	18,00%	600	36	36	636	\$ 2.848,67	R\$ 22.287,28	R\$ 14.174.710,08
	Taxa de câmbio referencial	Determinada para conversão a taxa do Dólar e Euro do dia 03/11/2020, correspondente a R\$ 5,69 (cinco reais e sessenta e nove centavos) e 6,67 (seis reais e sessenta e sete centavos) respectivamente. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/rid-bcotacao&id=bcotacao . Acesso em 03/11/2020 às 19:00. Os itens não equalizáveis foram definidos conforme pesquisa de mercado que identificou fornecedores nacionais com preços compatíveis com a referência proposta em moeda nacional.												Valor Total da Contratação equalizado em moeda Nacional	R\$ 98.463.917,33		

1.2.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Órgão Gerenciador: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SR/PF/RJ
LOCAL DE ENTREGA: Avenida Rodrigues Alves – Saúde nº 01- RJ, CEP: 20.081-250

GRUPOS	ITENS	Descrição	Quantidade Mínima	Quantidade Máxima
	1	LANTERNA TÁTICA PARA PISTOLA COM ACESSÓRIOS	18	36
	2	LANTERNA PARA FUZIL COM IR	24	48
	3	ESCUDO BALÍSTICO TIPO 01	8	15
	4	ESCUDO BALÍSTICO TIPO 02	8	15
	5	COLETE TÁTICO MULTICAM	18	36
	6	MOCHILA TÁTICA 72H	30	60
	7	MOCHILA TÁTICA 24H	30	60
	8	LUA TÁTICA MULTICAM	30	60
	9	ÓCULOS DE PROTEÇÃO BALÍSTICA	28	56
	10	MOCHILA PARA VIAGEM	18	36
	11	MIRA PARA PISTOLA (RED DOT)	18	36
	12	MIRA TÁTICA PARA FUZIL	18	36
	13	BOTA TÁTICA	18	36
	14	KIT DE FONIA TÁTICO	18	36

GRUPO 01	15	CAMISA DE COMBATE NO PADRÃO DE CAMUFLAGEM MULTICAM ANTI-CHAMAS	62	124
	16	GANDOLA DE COMBATE NO PADRÃO DE CAMUFLAGEM MULTICAM TROPICAL	62	124
	17	CAMISA DE COMBATE NO PADRÃO DE CAMUFLAGEM MULTICAM	62	124
	18	CAMISA DE COMBATE NO PADRÃO DE CAMUFLAGEM MULTICAM PRETO	62	124
	19	CALÇA DE COMBATE NO PADRÃO DE CAMUFLAGEM MULTICAM ANTI-CHAMAS	62	124
	20	CALÇA DE COMBATE NO PADRÃO DE CAMUFLAGEM MULTICAM TROPICAL	62	124
	21	CALÇA DE COMBATE NO PADRÃO DE CAMUFLAGEM MULTICAM	62	124
	22	CALÇA DE COMBATE NO PADRÃO DE CAMUFLAGEM MULTICAM PRETO	62	124
GRUPO 02	23	SUPRESSOR DE RUÍDO PARA FUZIL 7,62 MM e 308 MM COMPATÍVEL COM FUZIL HK HK 417	6	12
	24	ADAPTADOR PARA SUPRESSOR DE RUÍDO PARA O CALIBRE 7,62 MM COMPATÍVEL COM FUZIL HK HK 417	6	12
	25	ADAPTADOR PARA SUPRESSOR DE RUÍDO PARA O CALIBRE 5,56 MM COMPATÍVEL COM FUZIL HK G36/HK 416	15	30
	26	SUPRESSORES DE RUÍDO PARA O CALIBRE 5,56 MM COMPATÍVEL COM FUZIL HK G36/HK 416	15	30
GRUPO 03	27	SUPRESSORES DE RUÍDO PARA O CALIBRE 5,56 MM PARA METRALHADORAS FN MINIMI	3	6
	28	ADAPTADOR PARA SUPRESSOR DE RUÍDO PARA O CALIBRE 5,56 MM PARA METRALHADORAS FN MINIMI	3	6
	29	COLDRE PISTOLA GLOCK	18	36
	30	CAPACETE NÃO BALÍSTICO	18	36
	31	CAPACETE BALÍSTICO	18	36

Órgão Participante: COMANDO DE OPERAÇÕES TÁTICAS DA POLÍCIA FEDERAL - COT/DIREX/PF - UNIDADE GESTORA CGAD/DLOG/PF				
LOCAL DE ENTREGA: Avenida Rodrigues Alves – Saúde nº 01- RJ, CEP: 20.081-250				
GRUPOS	ITENS	Descrição	Quantidade Mínima	Quantidade Máxima
	1	LANTERNA TÁTICA PARA PISTOLA COM ACESSÓRIOS	90	600
	2	LANTERNA PARA FUZIL COM IR	90	410
	3	ESCUDO BALÍSTICO TIPO 01	30	168
	4	ESCUDO BALÍSTICO TIPO 02	30	168
	5	COLETE TÁTICO MULTICAM	90	580
	6	MOCHILA TÁTICA 72H	90	130
	7	MOCHILA TÁTICA 24H	90	130
	8	LUA TÁTICA MULTICAM	90	600

	9	ÓCULOS DE PROTEÇÃO BALÍSTICA	90	600
	10	MOCHILA PARA VIAGEM	90	130
	11	MIRA PARA PISTOLA (RED DOT)	90	130
	12	MIRA TÁTICA PARA FUZIL	90	600
	13	BOTA TÁTICA	90	600
	14	KIT DE FONIA TÁTICO	90	130
GRUPO 01	15	CAMISA DE COMBATE NO PADRÃO DE CAMUFLAGEM MULTICAM ANTI-CHAMAS	180	260
	16	GANDOLA DE COMBATE NO PADRÃO DE CAMUFLAGEM MULTICAM TROPICAL	180	260
	17	CAMISA DE COMBATE NO PADRÃO DE CAMUFLAGEM MULTICAM	180	1200
	18	CAMISA DE COMBATE NO PADRÃO DE CAMUFLAGEM MULTICAM PRETO	180	260
	19	CALÇA DE COMBATE NO PADRÃO DE CAMUFLAGEM MULTICAM ANTI-CHAMAS	180	260
	20	CALÇA DE COMBATE NO PADRÃO DE CAMUFLAGEM MULTICAM TROPICAL	180	260
	21	CALÇA DE COMBATE NO PADRÃO DE CAMUFLAGEM MULTICAM	270	1800
	22	CALÇA DE COMBATE NO PADRÃO DE CAMUFLAGEM MULTICAM PRETO	180	260
GRUPO 02	23	SUPRESSOR DE RUÍDO PARA FUZIL 7,62 MM e 308 MM COMPATÍVEL COM FUZIL HK HK 417	10	50
	24	ADAPTADOR PARA SUPRESSOR DE RUÍDO PARA O CALIBRE 7,62 MM MM COMPATÍVEL COM FUZIL HK 417	10	50
	25	ADAPTADOR PARA SUPRESSOR DE RUÍDO PARA O CALIBRE 5,56 MM COMPATÍVEL COM FUZIL HK G36/HK 416	325	420
	26	SUPRESSORES DE RUÍDO PARA O CALIBRE 5,56 MM COMPATÍVEL COM FUZIL HK G36/HK 416	325	420
GRUPO 03	27	SUPRESSORES DE RUÍDO PARA O CALIBRE 5,56 MM PARA METRALHADORAS FN MINIMI	3	8
	28	ADAPTADOR PARA SUPRESSOR DE RUÍDO PARA O CALIBRE 5,56 MM PARA METRALHADORAS FN MINIMI	3	8
	29	COLDRE PISTOLA GLOCK	90	600
	30	CAPACETE NÃO BALÍSTICO	90	130
	31	CAPACETE BALÍSTICO	90	600

1.3. Conforme Justificativa constante dos Estudos Preliminares, não será facultada a concessão de cotas para micro e pequenas empresas.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, emissão da carta de crédito ou instrumento equivalente, o que ocorrer por último, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. FUNDAMENTAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Para utilização do Sistema de Registro de Preços, é preponderante o fato de que hoje o GP/UREX/SR/PF/RJ conta com 20 operadores mais 6 operadores lotados em Angra dos Reis. Tal contingente necessita ser incrementado para atingimento das condições ideais no que tange às rotinas de treinamento, ações planejadas e ações de pronto emprego. Entretanto, conforme o princípio da reserva do possível, em decorrência de vários fatores, o incremento no número de operadores pode não ser atendido pela Administração proporcionalmente ao crescimento da demanda, em um cenário em que há continuamente recrudescimento da criminalidade organizada e violenta. Assim, o Registro de Preços se configura como medida de economicidade e flexibilidade na concretização das aquisições para o Grupo. No momento, há, inclusive, contingente recebendo Instrução no Curso de Formação Policial para incorporação ao órgão. É público e notório que mesmo com a nomeação desses novos policiais o choro de lotação não será preenchido. Há providências por parte do órgão a buscar novo concurso ainda em 2020. Dessa forma, o Registro de Preços prevê instrumento para a compra de equipamentos para o contingente existente e caso novos policiais sejam agregados ao Grupo é a forma de aquisição mais eficiente a disponibilizar meios sem o que o treinamento de novos operadores não pode ocorrer. Ademais, existem equipamentos que podem ser comprados em separado pois apesar de serem usados juntos não guardam problemas com padronização ou interoperabilidade, mas não há razão para aquisição de um item se não houver a aquisição do outro. O Sistema de Registro de Preços é a melhor alternativa nesse caso pois caso seja empreendido procedimento licitatório com sua revogação é medida que só se justifica na hipótese de fato superveniente e imprevisível, gerando questionamentos por parte do licitante vencedor (no caso, a possibilidade de um item ser deserto ou frustrado e outro que lhe complementa não é imprevisível). Ademais, pode haver a necessidade de aquisição de maiores ou menores quantidades em razão de reposições de itens avariados no decorrer da validade do Registro de Preços. Nessa esteira, justifica-se a utilização do Registro de Preços com fulcro no inciso II do Art. 2º do Decreto 7892/2013.

4.2. Concomitantemente, durante a etapa de Estudo Técnico Preliminar da Contratação, em consulta a outros grupos táticos vinculados à Unidade Central e Superintendências na coleta de informações a respeito de contratações anteriores notou-se que este procedimento pode ser aproveitado por outras unidades para realizarem suas aquisições vez que a carência de material, necessidades e doutrina são as mesmas. O instituto da Participação em Registro de Preços permite isso de uma forma que cada unidade será responsável pela justificativa de sua demanda em nível local mas a contra se dará em nível regional/nacional. Novamente, o Sistema de Registro de Preços configura a opção mais econômica, célere e flexível não apenas para o planejamento desta unidade. Note-se que há equipamentos de custo elevado. A união de forças, não apenas entre as unidades da Polícia Federal mas também pela admissão da participação de órgãos de outras esferas da Administração no certame aumenta o poder de negociação com melhores preços e, consequentemente maior economicidade para a Administração como um todo. Dito isto, visualiza-se amparo para a utilização do Registro de Preços com fulcro no inciso III do Art. 2º do Decreto 7892/2013.

5.

6. FUNDAMENTAÇÃO PARA A VEDAÇÃO À AUTORIZAÇÃO DE ADESÃO - CARONA

6.1. O compartilhamento de processos de aquisição é medida gerencial que visa maior eficiência da Administração. O Decreto 7892/2013 prevê como meio para compartilhamento de processos os institutos da Participação e da Adesão. A Participação se dá desde a fase interna e torna os quantitativos totais demandados conhecidos do mercado, influenciando o preço e a competição. A Adesão, por ser posterior, não tem esse mesmo efeito, mas, ela pode ser facilitada pois a colaboração entre órgãos compensa em agilidade e redução de custos da realização de procedimento licitatório o ganho em escala que não se efetivou em relação aos quantitativos que são agregados ao processo *a posteriori*.

6.2. Não é o caso neste procedimento. Recomenda-se ao gestor que seja facultada a participação de outras unidades da Polícia Federal neste certame mas não a adesão de outros órgãos, pois em face do valor dos objetos (grande parte deles com especificações observadas até o momento apenas no mercado externo) quanto maiores os quantitativos maior a probabilidade de redução de preços, possibilidade que de plano não se concretiza no caso de adesão.

7. FUNDAMENTAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO DO PREGÃO INTERNACIONAL - DA AMPLIAÇÃO DA COMPETITIVIDADE E REFLEXOS NA OTIMIZAÇÃO DOS RECURSOS DO ÓRGÃO

7.1. A atividade de Grupos Táticos Especiais é reconhecidamente de risco elevado de vida (tanto para policiais quanto para a população no entorno das ocorrências). Como medida para minimizar tal risco, a doutrina policial adotou a formação de grupos restritos, de elite, em que são concentrados treinamento e recursos materiais para obtenção de resultados que não admitem erros. As rotinas desses grupos exigem uma série de equipamentos especiais, de alto rendimento e tecnologia, não comumente utilizados pelo contingente em geral. A aquisição desses equipamentos seria proibitiva e desnecessária para a totalidade do efetivo policial. Além da segurança e custódia nas operações realizadas por esses grupos, seu emprego representa economia de recursos públicos, vez que é possível concentrar treinamento, alta especialização e quantidades menores de recursos humanos e materiais para a obtenção de resultado em eventos críticos.

7.2. Este Estudo Preliminar observou, atuando em pesquisa de mercado e de outras contratações efetivadas por grupos táticos policiais semelhantes, que os materiais necessários para fazer frente à criminalidade altamente violenta enfrentada por esses grupos não são, em sua maioria, produzidos em território nacional. Na maioria dos casos, as aquisições de equipamentos importados são feitas por intermédio de empresas nacionais, que ao comercializar o produto, acabam majorando os preços, em face da tributação que recai sobre o produto importado a qual se soma ao lucro que visa a sociedade empresarial.

7.3. Preocupa a inexistência/caráter restrito do mercado nacional para esses produtos. Ao mesmo tempo, derrubar para um padrão inferior as especificações dos equipamentos fornecidos a esses grupos é ignorar a responsabilidade estatal em prover meios para que seus próprios agentes manejem progressivamente o uso da força em eventos tão delicados.

7.4. Na disciplina das licitações, o Pregão, ao inverter a ordem fase de habilitação/fase competitiva para fase competitiva/fase de habilitação acabou tornando-se a modalidade de eleição para a aquisição de bens comuns justamente porque sua fase competitiva, ao congrega todos os interessados que antes eram excluídos na fase de habilitação, aumentou o universo de concorrentes. Durante este Estudo Preliminar, observou-se que essa ampliação do rol de participantes é vital para a obtenção do binômio melhores preços/melhores especificações. O que a licitação internacional proporciona é um rol ampliado de competidores. Note-se que a a participação de empresas nacionais não se altera e resta garantida sua isonomia por meio da equalização das propostas (Art. 42 da Lei 8666/93).

7.5. A adoção da licitação internacional trará uma série de vantagens, podendo-se citar:

7.6. possibilidade de adquirir equipamentos com tecnologia avançada sem exclusão de empresas nacionais que atendam às especificações e certificações exigidas conforme doutrina e critérios técnicos;

7.7. redução do valor do bem a ser adquirido diretamente do exterior, excluindo a margem de lucro de empresas importadoras;

7.8. ampliação da competitividade, pela possibilidade de participação de empresas estrangeiras, o que não exclui a participação de empresas nacionais.

7.9. economia trazida aos cofres públicos, em especial para o orçamento da Polícia Federal permitirá a aquisição de mais equipamentos com o mesmo orçamento no caso de itens não produzidos ou disponibilizados por empresas nacionais.

7.10. Em relação à forma eletrônica, necessário evidenciar que em verdade, as habilitações e cadastros prévios exigidos bem como os certames na forma eletrônica são um grande avanço na sistemática de aquisições do Governo Federal. Essa realidade aplica-se a fornecedores nacionais. Isso porque forma eletrônica exige o cadastro da empresa no site de compras do Governo Federal e a chave para tanto é o CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas), o que restringe a participação de empresas internacionais em nome próprio. A alternativa é a participação dessas empresas por meio de um representante nacional habilitado para tal. Outra problemática diz com a efetivação dos lances e equalização das propostas, vez que lances em moeda estrangeira não são aceitos para modalidade ordinária do Pregão no site de compras governamentais do Governo Federal. Também não há funcionalidade para equalização das propostas, ficando a cargo dos licitantes conhecer da sistemática de tributos que oneram os bens objeto da licitação, o que pode ensejar equívocos a prejudicar o bom andamento da sessão.

7.11. Conforme histórico citado neste estudo, por essas razões a Polícia Federal utilizou-se em processos anteriores da modalidade Pregão Presencial para certames internacionais. Entretanto, tem-se presenciado a utilização da forma eletrônica por outros órgãos, razão pela qual neste momento a forma eletrônica, que é a de eleição, será empregada.

8. DA EQUALIZAÇÃO DOS PREÇOS - VALOR REFERENCIAL E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Conforme § 4º do artigo 42 da Lei 8666/93, as propostas de preço apresentadas por licitantes estrangeiros ou seus respectivos representantes, somente para fins de julgamento, deverão ser acrescidas dos gravames consequentes dos mesmos tributos que oneram exclusivamente os licitantes estabelecidos no Brasil quanto à operação final de venda.

8.2. Para efeito da disposição acima, as licitantes tanto as nacionais quanto as estrangeiras, deverão demonstrar, em separado, quais os tributos incidentes sobre o produto, discriminando as respectivas hipóteses de incidências, base de cálculo, alíquotas e valores. Os casos de isenções ou imunidades deverão ser declarados.

8.3. Há duas possibilidades de incidência de impostos quando se fala em licitantes estabelecidos no Brasil:

8.4. A licitante nacional é fabricante do produto em território nacional, então o bem é nacional. Nesse caso, incidiriam, em uma primeira análise, os impostos: IPI, PIS, COFINS e ICMS.

8.5. A licitante nacional importa o produto. Então o bem é importado. Nesse caso, incidiriam, os impostos: II, IPI, PIS-Importação, COFINS-Importação e ICMS.

0.1. O § 4º do art. 42 da Lei 8.666/93 estabelece que, para fins de julgamento da licitação, as propostas apresentadas por licitantes estrangeiros serão acrescidas dos gravames consequentes dos mesmos tributos que oneram exclusivamente os licitantes brasileiros quanto à operação final de venda. O objetivo desse dispositivo é, nas licitações internacionais, conforme bem anota o PARECER n. 034/4/2020/CJUR/CGU/AGU, "preservar a isonomia e resguardar o desenvolvimento nacional". A lei fala em "licitantes brasileiros" e não em fornecedor, produtos ou fabricante brasileiro mas é imprescindível que se faça a análise do que quis propor o legislador no caso. A previsão do II na equalização das propostas apenas interessa ao fornecedor nacional importador/atravessador, ou seja, oferece margem para a participação de um intermediário que aplicará seus custos e lucro sem agregar qualquer qualidade aos bens. Assim, se em um pregão participam dois licitantes, um fornecedor estrangeiro que comercializa produto de fabricação própria e

um fornecedor nacional, que importa o mesmo produto do fornecedor estrangeiro, após equalização da proposta, em decorrência do Imposto de Importação, o licitante estrangeiro apresentará provavelmente preço virtual superior ao do nacional e a Administração pagará as despesas e lucros do intermediário, bem como os impostos incidentes (inclusive de importação), para adquirir o mesmo produto que poderia ter comprado por aproximadamente 50% caso houvesse adjudicado o objeto para o licitante estrangeiro. O exemplo explicita que o previsto do imposto de importação não traz qualquer benefício à indústria nacional, apenas incentiva a participação de intermediários na licitação. Nesse contexto, não será aplicado o imposto de importação quando da equalização das propostas de preço.

0.2. Sobre o tema das equalizações em procedimentos licitatórios internacionais, o TCU já se manifestou que *a comparação de preços das licitantes estrangeiras e nacionais, em bases tributárias e de custos totalmente distintas, sem a devida equalização, a exemplo do previsto na licitação em comento, importa em violação aos princípios da isonomia, do julgamento objetivo e da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, devendo, portanto, ser repellido por este Tribunal (Acórdão 2238/2013-Plenário, TC 008.590/2013-3, relator Ministro José Jorge, 21.8.2013)*. Por isso, a equalização será realizada, entretanto, admitindo o seguinte rol de impostos: IPI (aliquota de 0% para embarcações), PIS, COFINS e ICMS. Durante esta fase de estudos técnicos preliminares, foi necessário empreender estudo para prever o impacto da equalização no valor dos bens, inclusive para formação do valor referencial. Mas em virtude da possibilidade de as empresas concorrentes apresentarem regimes tributários e bases territoriais diversas não se recomenda apresentar esquema rígido quanto às alíquotas e sua incidência, devendo o edital prever que ficará a cargo dos licitantes apontarem, no caso concreto, os tributos incidentes sobre os produtos oferecidos o que será analisado e criticado pela Equipe Técnica e responsável pela licitação.

8.6. Este estudo técnico verificou, por meio da utilização da ferramenta "São de Apoio ao Importador", da Receita Federal do Brasil, os tributos incidentes sobre o bens. As alíquotas gerais mostradas pelo site constam das tabelas do item 1 deste Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar e Mapa Comparativo de Preços.

8.7. Na sequência, o Art. 54, inciso XXVIII do Decreto 7212/2010 isenta "os aparelhos transmissores e receptores de radiotelefonia e radiotelegrafia, os veículos para patrulhamento policial, as armas e munições, quando adquiridos pelos órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal do IPI.

8.8. O ICMS aplicado foi de 18% (aliquota geral do estado do Rio de Janeiro). Como o pregão é eletrônico, e o portal de compras governamentais ainda não faz a equalização automática, em pregões internacionais comuns, tampouco aceita lances em moeda estrangeira para licitações eletrônicas comuns, o que se faz para poder se utilizar o ambiente eletrônico é orientar os fornecedores a darem seus lances convertidos em moeda nacional e acrescidos dos impostos como se licitantes nacionais fossem. As propostas finais terão a equalização, mas o preço final da proposta será inserido no sistema como "valor negociado" no caso do licitante estrangeiro ser vencedor e, nesse momento, lançado o valor livre de impostos decorrente da imunidade tributária de que goza a Polícia Federal no caso de importação feita em seu nome.

9. DA NÃO ADMISSÃO OU NÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO

9.1. Para se admitir ou não a participação de empresas reunidas em consórcio, necessário ponderar a respeito de como se dá o fornecimento dos bens que se pretende adquirir. A participação em consórcio interessa ao adquirente/contratante normalmente quando a solução proposta é complexa e não se apresenta como item de estoque, configurando uma solução a ser construída em que as partes que a compõem são fornecidas por diferentes atores do mercado e estas representam porções representativas do todo e essas porções necessitam ser recebidas de modo integrado e simultâneo. O conteúdo tecnológico e de transferência de conhecimento também é verificado na formação de consórcios para aquisição de soluções policiais/militares complexas. Outro enfoque que recomenda a admissão de consórcios é o da economicidade. Toda vez que uma empresa contrata outra para realizar parte de um objeto ela agrega ao valor cobrado da Administração lucro e tributos. Por isso subcontratações normalmente devem ser admitidas em percentual reduzido em face ao valor total da contratação.

9.2. Outra razão que ampara a admissão de empresas reunidas em consórcio é a ampliação da competitividade. Em soluções complexas, apenas poucas empresas são capazes de oferecerem a solução em sua completude. No caso em comento, os itens que se pretende adquirir são bens comuns de mercado, razão pela qual a participação de empresas reunidas em consórcio não agregará benefícios na mesma medida em que sua admissão trará complexidade ao procedimento.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO E PARA A CONCESSÃO OU NÃO DE COTAS PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

10.1. Via de regra os itens serão adquiridos em separado, premiando a ampla participação e competitividade, aumentando o possível rol de fornecedores interessados em participarem da licitação. Justifica-se o agrupamento apenas nas hipóteses em que este se faz necessário para padronização, como no caso de uniformes (há variações entre fornecedores em relação à padronagem, dimensões, peso, e cores das peças ou que não permite seja por exemplo, adquiridos ganhando separada da calça) , caso do Grupo 01 (itens 18 a 25); quando a interoperabilidade ou garantia do bem é ou a utilização integral e segura das funcionalidades do equipamento restar comprometida caso não se recorra ao agrupamento, caso dos acessórios de armamento do Grupo 02 (itens 29 a 32), Grupo 03 (itens 33 e 34) e Grupo 04 (itens 35 e 36).

10.2. Nos itens reunidos em grupo, haverá a aquisição sempre respeitada a proporção dos quantitativos, de acordo com a orientação do Tribunal de Contas da União.

11. DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1. As especificações técnicas detalhadas constam do Anexo II do Edital - Caderno de Especificações Técnicas.

12. CLASSIFICAÇÃO DE BENS COMUNS

12.1. Os itens que compõem o objeto deste Termo de Referência enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, os quais podem ser escolhidos tão somente com base nos preços ofertados e análise da compatibilidade das especificações técnicas com as exigências do Edital, ainda que sejam oferecidos por diferentes empresas do ramo. O objeto pretendido apresenta características amplamente difundidas, possuindo padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais do mercado;

12.2. Por se tratar de bem comum, e visando a ampliação da competitividade e maior economia ao Erário, a modalidade adotada será o pregão eletrônico para registro de preços conforme hipótese prevista no inciso III do Art. 2º do Decreto 7892/2013.

13. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

13.1.

13.1.1. O prazo de entrega dos bens é de 120 (cento e vinte) dias, contados da emissão do empenho/assinatura contratual/emissão de carta de crédito. O que ocorrer por último. A entrega se dará em remessa única ou parcelada nas sedes do órgão gerenciador e participantes conforme quantidades total e mínima designadas pelo órgão gerenciador e participantes. A entrega ocorrerá em dias úteis no horário das 09h às 16h, sendo obrigatório o agendamento prévio com, no mínimo, 72 horas da entrega, para bens provenientes do território nacional, e 20 dias para bens advindos do exterior.

13.1.2. Os bens serão recebidos tanto provisória quanto definitivamente por Comissão Específica, designada pela Autoridade Competente da Contratante, na qual deverá haver, no mínimo, dois integrantes, preferencialmente membros da Equipe que elaborou/aprovou as especificações técnicas, com objetivo de verificar sua conformidade, além de um representante da área de logística/material/almoxarifado da Contratante.

13.1.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 30 (trinta) dias, pelo(a) responsável(s) pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

13.1.4. Será lavrado o respectivo Termo de Recebimento Provisório, circunstanciado, assinado pela Comissão e pelo preposto da Contratada, indicando todas as características do processo de recebimento.

13.1.5. O Termo de Recebimento Provisório deverá compor-se das respectivas Notas Fiscais/Faturas Comerciais, ou no caso de importações procedentes de Contratada estrangeira, da fatura pró-forma (proform invoice).

13.1.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

13.1.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado, a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório expedida pela Comissão de Recebimento designada pela Autoridade Competente da Contratante, devendo atender as seguintes condições:

13.1.8. após finalizados todos os procedimentos alfândegários e de conferência pelo Exército Brasileiro, mediante apresentação de toda documentação aduaneira que a tome desembarcada junto aos órgãos de fiscalização competentes, caso aplicável;

13.1.9. após a verificação da qualidade e quantidade, e mediante apresentação das Notas Fiscais ou Faturas Comerciais (Commercial Invoices) e extratos das Declarações de Importação – DI, do respectivo Certificado Internacional de Importação – CII, conforme a situação aplicável ao fornecedor.

13.1.10. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

13.1.11. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. São obrigações da Contratante:

14.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

14.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

- 14.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 14.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 14.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 14.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 14.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantagem dos preços registrados em Ata.
- 14.4. Designar formalmente os fiscais do Contrato, por intermédio de Comissão Especial, formada por servidores da área técnica e administrativa, na forma do Art. 67 da Lei nº 8.666/93 e alterações;
- 14.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada, concernentes ao objeto do Contrato.
- 14.6. Comunicar oficialmente à Contratada, por escrito, quaisquer imperfeições, falhas ou irregularidades constantes nos equipamentos, para que sejam dotadas as medidas corretivas necessárias.
- 14.7. Sustar, rejeitar, mandar fazer ou desfazer qualquer objeto que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas, no todo ou em parte.
- 14.8. Solicitar a substituição dos materiais que apresentarem defeitos durante sua entrega e utilização.
- 14.9. Manter contato com o preposto da licitante contratada, visando assegurar a prestação do fornecimento de forma eficiente e na forma do contratado.
- 14.10. Quando se tratar de produto controlado e restrito, a Contratante solicitará junto ao órgão competente do Ministério da Defesa, o Certificado Internacional de Importação, nos termos do art. 51 do Decreto 5.123/2004, em nome da Contratante, como Importador e da Contratada, como exportador, no caso de empresa ou sociedade estrangeira que não funcione no Brasil.
- 14.11. Fornecer à Contratada todas as informações e documentos necessários ao desembaraço alfandegário, caso seja necessário.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 15.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 15.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal ou invoice, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 15.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português brasileiro e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 15.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 15.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 15.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 15.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 15.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 15.2. São de exclusiva conta e responsabilidade da Contratada, além das previstas em lei e nas normas aplicáveis que integram o presente Contrato, independentemente de transcrição, as obrigações constantes deste item.
- 15.3. São obrigações gerais da Contratada, entre outros aspectos:
- 15.3.1. Responsabilizar-se pelos danos causados a qualquer agente, os quais sejam provenientes de falha no funcionamento, redução em níveis de proteção ou segurança, de problemas funcionais apresentados em decorrência de alteração e/ou falha de projeto, de alteração da destinação ou finalidade dos equipamentos que vise adaptar, reduzir custo, ou auferir lucro indevido, seja por culpa ou dolo, sujeitando-se às sanções legais vigentes.
- 15.3.2. Acatar as exigências, decisões e observações feitas pela Contratante, relativamente ao fornecimento dos bens, sujeitando-se à sua ampla e irrestrita fiscalização, nos limites do contrato, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas.
- 15.3.3. Executar fielmente o fornecimento, entregando o objeto contratado nas condições, prazos e quantidades pactuadas, de acordo com as exigências constantes no Termo de Referência, Edital e proposta comercial, sem ônus adicionais para a Contratante.
- 15.3.4. Não transferir, no todo ou em parte, a prestação dos serviços de garantia do objeto da contratação, exceto com a expressa autorização da Contratante.
- 15.3.5. Comunicar à Administração, por escrito, irregularidade ocorrida ou observada durante o fornecimento, ou ainda qualquer anormalidade de caráter urgente.
- 15.3.6. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Contratante referentes ao objeto desta licitação, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.
- 15.3.7. Manter, durante o período de vigência do Contrato, todas as condições que ensejaram a sua contratação, particularmente no que tange à capacidade técnica, operativa e à regularidade fiscal, podendo a Contratante, a qualquer tempo, exigir a comprovação destas condições.
- 15.3.8. Orientar seus funcionários a manterem sigilo sobre fatos, atos, dados ou documentos de que tome conhecimento e que tenham relação ou pertinência com a Polícia Federal, durante e após a entrega dos bens, e que o descumprimento sujeitará o infrator à aplicação das sanções civis e penais cabíveis.
- 15.3.9. Manter preposto, aceito pela Contratante, durante a vigência do contrato, para representá-la administrativamente, prestar assistência técnica autorizada no Brasil quando solicitado e cumprir a garantia de fábrica do objeto do contrato, sempre que for necessário, e após tal período, para aquisição e reposição de peças e acessórios.
- 15.3.10. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o parágrafo primeiro do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 15.3.11. Comunicar à Contratante imediatamente após o conhecimento de qualquer problema, modificação de projeto, regras de uso e/ou segurança envolvendo o equipamento em questão;
- 15.3.12. Prestar os serviços dentro das normas técnicas preconizadas pelo fabricante do equipamento.
- 15.3.13. Repor, trocar, substituir, recolher, transportar para a origem/destino e vice-versa, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias úteis, às suas exclusivas expensas, no total ou em parte, os equipamentos em que se verificarem fornecidos com erros, fora do padrão exigido, defeituosos, incorretos, decorrentes do fornecimento prestado, incluindo os fatos advindos de seus terceirizados contratados, a contar do recebimento da comunicação expedida pela área competente da Contratante;
- 15.3.14. Estar o objeto devidamente certificado pela área fiscalizadora de produtos controlados, nos casos em que os objetos tenham essa obrigatoriedade, nos moldes estabelecidos pela Lei nº 10.826/03 e Decreto 3.665/00.
- 15.3.15. Escolher, contratar e pagar os honorários da empresa Comissária de Despacho Aduaneiro (despachante), que prestará assistência à Comissão de Recebimento da Contratante para o desembaraço aduaneiro, no caso de empresa ou sociedade estrangeira que não funcione no Brasil, caso seja necessário, por conta, risco e responsabilidade da empresa que representar o(s) proponente(s) estrangeiro(s) no Brasil.
- 15.3.16. Responsabilizar-se por todo auxílio necessário ao Despachante Aduaneiro ou Comissão designados pela Contratante, devidamente credenciado perante o Sistema de Comércio Exterior – SISCOMEX, para o efetivo desembaraço alfandegário junto aos órgãos aduaneiros e demais órgãos governamentais que possam estar envolvidos no processo de regularização de entrada do objeto desta licitação no país, cuja a responsabilidade pela escolha, contratação e pagamento dos honorários da empresa Comissária de Despacho Aduaneiro ("Despachante"), correrá exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da empresa que Contratada.
- 15.3.17. Entregar manuais, acessórios, certificados, instrumentos e ferramentas, e ministrar treinamentos conforme especificados neste Termo de Referência.
- 15.3.18. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, inclusive, com pessoal utilizado na execução do fornecimento ou na prestação dos serviços de assistência técnica no Brasil, que não terá qualquer vínculo empregatício com a Contratante.
- 15.3.19. Responder por todos e quaisquer ônus referentes ao fornecimento do objeto do contrato, tais como fretes, impostos, seguros, taxas, encargos sociais e obrigações trabalhistas e civis, treinamento, decorrentes do objeto do presente contrato, renunciando expressamente qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com a Contratante.
- 15.3.20. No momento da assinatura do contrato, fornecer relação de preços, para todas as peças do equipamento e seus acessórios, para os serviços de assistência técnica, e outros mais que julgar pertinente, discriminando-os.
- 15.3.21. Para bens oferecidos do exterior, através de importação direta em nome da Contratante, a se processar com imunidade tributária com amparo no art. 150, VI, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, caberá ao licitante vencedor apresentar, até 2 (dois) dias úteis subsequentes ao da adjudicação do Pregão, a Proform Invoice, contemplando os valores corrigidos a menor, em virtude dos lances ofertados, com os dados bancários, de modo a viabilizar o procedimento de importação e de pagamento no exterior.
- 15.3.22. Retirar das dependências da Contratante, os equipamentos porventura impugnados pela comissão de recebimento, sendo expressamente proibido manter quaisquer equipamentos que não satisfaçam as especificações.
- 15.4. São Obrigações Operacionais da contratada, entre outros aspectos:
- 15.4.1. Utilizar somente peças, materiais e acessórios originais, não podendo valer-se, em nenhuma hipótese, de itens do mercado paralelo ou de outra procedência, sem expressa e prévia autorização da Contratante.
- 15.4.2. Fornecer à Contratante toda a documentação técnica necessária para a perfeita administração

e/ou acompanhamento do Contrato.

15.4.3. Informar a Contratante qualquer alteração dos manuais, características técnicas do produto (peças, resistência, condições de uso, possibilidade de falhas, etc) ou outras alterações que influenciem no uso/manutenção/segurança do produto e/ou seus usuários.

15.4.4. 6.5. Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.

16. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.

16.1. Para dimensionamento das diretrizes relativas à sustentabilidade ambiental, foi consultado o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU (Abril de 2020). Em relação às diretrizes gerais, referentes ao planejamento, o questionário inicial quanto à necessidade do consumo bem como o fomento às contratações públicas compartilhadas (p.79) permeiam todo o processo bem como o supressamento entre uma maior restrição da competição e dispêndio financeiro maior que o "normal" (p.21). O estabelecimento de especificações que visam durabilidade e comprovação certificada dos parâmetros fornecidos pode ser considerada uma medida de sustentabilidade ambiental, pois reduz o consumo e todo consumo, invariavelmente, carrega consigo mudanças ambientais.

16.2. Não foram encontradas medidas de sustentabilidade específicas para os objetos. Em verdade, a sustentabilidade ambiental diz aqui muito mais com a aquisição de bens de qualidade, certificados e duráveis e com sua posterior reciclagem e destinação dos resíduos gerados e dos próprios bens ao final de sua vida útil, diretriz que já é seguida pelo órgão em seu dia a dia e especialmente quando se analisa a política de Licenças de bens inservíveis adotada por este.

16.3. Destarte, são colacionadas, neste Estudo Técnico, diretrizes gerais presentes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU.

16.4. Os bens a serem adquiridos deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental;

16.5. Os bens a serem adquiridos deverão ainda atender tanto em sua cadeia produtiva quanto de transporte a todas as normas regulamentares existentes, ou que venham a ser editadas durante a vigência da contratação, mais especificamente as seguintes normas:

16.6. Instrução Normativa nº 01/2010-SLT/MPOG, de 19 de janeiro de 2010 – que dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

16.7. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

17. DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

18. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

18.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/sem outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

19. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

19.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

19.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

19.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.3. O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

20. DO PAGAMENTO

20.1. O Pagamento será realizado segundo o regulado pela Receita Federal do Brasil e diretrizes das Políticas Monetária e de Comércio Exterior, conforme o caso, após apresentação das Faturas, Nota Fiscal ou Proforma Invoice e emissão do Termo de Recebimento Definitivo pela Comissão de Fiscalização, observado o disposto no item relativo ao controle da execução, o artigo 42, caput e §3º, da Lei nº 8.666, de 1993, a Lei nº 4.320/64 e, ainda, a Lei n. 10.192/01 c/c o Decreto-Lei n. 857/69, na seguinte forma:

20.1.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento ou documento equivalente.

20.2. PARA O CASO DE PROPOSTA DE PREÇOS EM MOEDA BRASILEIRA (Real), o pagamento será realizado por meio crédito em conta bancária; situação em que o proponente deverá fornecer todas as informações para a emissão da respectiva ordem de pagamento e/ou crédito documentário, conforme o caso, pelo banco emissor (issuing bank).

20.3. PARA O CASO DE PROPOSTA DE PREÇOS EM MOEDA ESTRANGEIRA (Dólar Americano ou Euro), o pagamento poderá ser efetuado por meio de crédito em conta Bancária ou Carta de Crédito Internacional emitida pelo BANCO DO BRASIL (a depender dos termos da proposta do licitante vencedor-opção pela Carta de Crédito ou crédito em conta) ou por outra instituição financeira indicada pela Contratante que ofereça operacionalização e/ou a relação de custo mais vantajosa dada pelo binômio taxa de câmbio mais taxa de emissão e garantida por banco de primeira linha indicado pelo Licitante, nos termos da legislação em vigor, cuja validade corresponderá ao prazo de entrega do objeto licitado e sua liberação para pagamento ocorrerá mediante comunicação a ser feita ao emissor, após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pela Contratante.

20.3.1. O contratado, fornecedor estrangeiro ou nacional, poderá optar por qualquer uma das duas modalidades de recebimento exemplificadas nos itens 18.2 e 18.3.

20.3.2. Todas as despesas referentes à emissão de ordem de pagamento e/ou abertura de crédito documentário junto ao Banco do Brasil S/A, ou a outra instituição financeira indicada pela Contratante (abertura, aviso, negociação e demais despesas decorrentes), serão custeadas pela CONTRATADA, onerando e devem constar de modo discriminado em sua planilha/proposta de preços. Tais valores serão supridos do valor principal a ser pago pela Administração, posto que serão aplicados na emissão da Carta de Crédito. Caso o valor previsto para a emissão seja maior que o valor efetivamente empregado na emissão, o excedente não será revertido a crédito da CONTRATADA.

20.3.3. Sendo necessária emenda da carta de crédito, como prorrogação ou alteração de condicionantes, as despesas que venham a incidir serão custeadas por quem deu causa à emenda.

20.3.4. O pagamento realizado a licitante brasileiro será efetuado em Reais (R\$), e no caso desta oferecer proposta em moeda estrangeira, mediante conversão pela taxa de câmbio, de compra, vigente para moeda estrangeira segundo o valor disponibilizado pelo Sistema de Informações do Banco Central do Brasil - SISBACEN, Boletim de Fechamento, no dia útil imediatamente anterior à data do efetivo pagamento.

20.4. Todas as operações financeiras serão efetuadas por meio do Banco do Brasil S/A ou por instituição financeira indicada pela Contratante conforme item 18.2 e 18.3.

20.5. A cada pagamento ao fornecedor brasileiro, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital bem como identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

20.6. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 (dez) dias, para fornecedor nacional e estrangeiro no caso de pagamento por simples remessa, e conforme instituição bancária, para fornecedor nacional ou estrangeiro no caso de carta de crédito, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

20.7. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, para fornecedor nacional ou estrangeiro por simples remessa, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993 ou conforme instituição bancária, para fornecedor nacional ou estrangeiro, no caso de carta de crédito.

20.8. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

20.9. A Nota Fiscal ou Fatura ou instrumento equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

20.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

20.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

20.12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20.13. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

20.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

20.15. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no

âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

20.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

20.17. Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão dos contratos em execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada à contratada a ampla defesa;

20.18. Havendo a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize sua situação junto ao SICAF e

20.18.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

20.18.2. No caso de contratada brasileira, quando do pagamento, serão retidos na fonte os tributos elencados na Instrução Normativa nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal, ou de norma superveniente emitida por Órgão competente.

20.19. No caso da contratada estrangeira, toda a documentação equivalente apresentada na fase de habilitação deverá ter validade quando da realização do pagamento ou apresentação de documentação comprobatória da manutenção das condições de habilitação, sendo que em caso contrário a contratante deverá notificar a contratada para que sejam sanadas as pendências no prazo de 30 (trinta) dias corridos, prorrogáveis por igual período, mediante justificativa da contratada aceita pela contratante.

20.20. O prazo do subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a critério da Administração.

20.21. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar

20.22. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios pagamento VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de atualização financeira diária = $TX/365 = 0,06/365 = 0,00016438$ TX = Taxa anual de 6%.

20.23. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de sanção ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária, quando for o caso.

20.24. Caso haja multa por inadimplemento contratual, esta será descontada da garantia prestada pelo respectivo contratado, caso tenha sido exigida, e se o valor da mesma for superior ao da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

21. DO REAJUSTE

21.1. Os preços são fixos e irreajustáveis.

22. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

22.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

22.1.1. Tratam-se de bens de fornecimento estanque, cuja incidência de defeitos é sanada por meio da troca/substituição dos bens no caso de vícios constatáveis de plano ou na vigência da garantia contratual/técnica. Ademais, as etapas de recebimento provisório e definitivo são filtros aplicados cujo efeito será resguardar a Administração que não pagará pelos materiais recebidos caso constatados inconformes.

22.1.2. A exigência de garantia contratual configura despesa que onera a Contratada e, por conseguinte, o valor dos produtos que serão adquiridos e provoca o desinteresse dos licitantes na medida em que os obriga os a incorrerem em custos e burocracia que se somam ao investimento em insumos e mão de obra para a fabricação e fornecimento dos bens.

22.1.3. Adicionalmente, considerando que este procedimento tem por escopo ampliar a competitividade com a admissão da participação de fornecedores estrangeiros, a exigência de emissão de garantia em território nacional para essas empresas é fator subitamente desestimulante e complicador de sua participação e poderá anular os esforços emvidados para promover a ampla competição.

22.1.4. Interessa à Administração a ampliação da competitividade. Por meio da concorrência obtêm-se os melhores preços. Na vigência da proteção dada pelo sistema de recebimento e garantia contratual dos bens, a exigência de garantia de execução, no caso, configura-se como medida que onera os fornecedores sem prover contrapartida em proteção para a Administração, razão pela qual é dispensada.

23. DA GARANTIA TÉCNICA/CONTRATUAL DOS BENS

23.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é definido no Caderno de Especificações Técnica (Anexo II do Edital) ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. A garantia exigida foi estipulada conforme pesquisa de mercado e expectativa de durabilidade razoável dos bens versus frequência de uso.

23.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

23.3. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

23.4. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

23.5. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

23.6. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

23.7. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, para reparos efetuados com peças disponíveis no mercado interno e 30 (trinta) dias úteis para reparos que dependam de peças disponíveis apenas no mercado externo, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

23.7.1. No caso do equipamento necessitar de emissão de Certificado de Importação e autorização da DFPC, o prazo será de 45 (quarenta e cinco) dias úteis a contar da emissão dos documentos necessários para importação dos mesmos.

23.8. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

23.9. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

23.10. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

23.11. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

23.12. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei 10.520, de 2002, a Contratada que:

24.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

24.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

24.1.3. fraudar a execução do contrato;

24.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

24.1.5. cometer fraude fiscal.

24.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções

24.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

24.2.2. multa moratória de 0,5% (cinco décimos) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

24.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

24.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;


- 24.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 24.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- 24.2.6.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.
- 24.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
- 24.3. As sanções previstas nos subitens 24.2.1, 24.2.5, 24.2.6 e 24.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 24.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 24.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 24.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 24.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 24.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 24.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 24.7. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 24.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 24.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 24.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 24.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 24.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 24.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
25. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**
- 25.1. O valor máximo aceitável dos itens consta do Item 1 deste Instrumento.
26. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**
- 26.1. As aquisições correrão à conta de recursos orçamentários provenientes do orçamento do órgão ou mediante convênio, termo de doação ou instrumento congêneres e serão designados quando da efetiva aquisição conforme Sistema de Registro de Preços.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO	
VINÍCIUS DE MOURA SECUNDO Agente de Polícia Federal Mat. PF 8583	ALINE NOVAIS Papiloscopista Policial Federal Mat. 13017


APROVAÇÃO - Sr. Ordenador de Despesas

Aprovo o presente Termo de Referência e seus anexos por constatar que sua concretização observou os critérios que norteiam a Administração Pública. Constatam justificadas, a necessidade da contratação, a delimitação de seu objeto, aspectos técnicos fundamentais, obrigações das partes envolvidas bem como estimativa de custos da contratação.


Ordenador de Despesas



Documento assinado eletronicamente por **ALINE NOVAIS**, Papiloscopista Policial Federal, em 11/12/2020, às 13:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **VINÍCIUS DE MOURA SECUNDO**, Agente de Polícia Federal, em 11/12/2020, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_organizacao=0, informando o código verificador **17064586** e o código CRC **5498ECD1**.